

Leitura e debate

Caro professor, para o estudante entender e refletir sobre um pouco sobre a complexidade que envolve a criação de uma unidade de conservação, foram selecionados trechos de artigos e reportagens sobre esse tema, levando em consideração os principais agentes sociais envolvidos nestes processos.

Oriente os estudantes a tentar enxergar a problemática dos conflitos que se estabelecem entre esses agentes, pela ótica de cada um deles, pois após a leitura destes textos, eles serão convidados a participar de um debate sobre a criação de uma unidade de conservação fictícia, no qual as equipes vão representar esses agentes sociais e defender seus interesses.

O primeiro texto dá uma visão geral acerca dos conflitos sociais em torno das unidades de conservação, por isso é importante que todas as equipes o leiam. Os demais textos referem-se aos diferentes agentes sociais e você deve distribuí-los às equipes de acordo com os agentes que elas vão representar.

Na hora do debate, inicie-o falando que o governo federal pretende criar uma unidade de conservação, mas que ainda não está decidido que tipo de unidade (se de proteção integral ou de uso sustentável). Diga que a área possui 2 milhões de hectares de relevante importância ecológica, sendo estratégica para a proteção dos recursos da biodiversidade e demais recursos naturais do país. A partir de então, faça a mediação da discussão. Se criada uma área de proteção integral, pessoas que moram dentro da área serão realocadas, assim imóveis rurais serão desapropriados.

Caso a turma não tenha visto a aula que antecede esta sequência didática (CIE9_12VE03), que fala sobre os diversos tipos de unidades de conservação, você pode imprimir o material de apoio que a acompanha (disponível aqui:

https://docs.google.com/document/d/1xlaZxcA-tO4zXGENNsZjhYyAaVyocbpUAuE_48aCOOg/edit?usp=sharing) para ajudar os estudantes no debate sobre os tipos de unidades de conservação que podem ser criada, que seja bom para todos, na medida do possível.

Ao fim do debate, a turma não precisa entrar em consenso, uma vez que o objetivo desta aula é refletir sobre a complexa rede de interesses que impacta a criação e a gestão de unidades de conservação.

Texto 1 – Para a leitura de todos.

O cálculo do conflito na definição de áreas protegidas

A criação de áreas protegidas é um dos instrumentos mais utilizados em todo o mundo, no sentido de buscar formas alternativas de frear a degradação ambiental. No Brasil, essas áreas tomaram a nomenclatura de unidades de conservação. A história tem revelado que a delimitação dessas áreas envolve doses de conflitos variáveis em sua intensidade, mas regulares no tempo. Isso porque populações que estabeleceram, em alguma medida, vínculos com tais espaços, reivindicam direitos de uso e apropriação social dos bens ambientais neles contidos.

A disputa pelo uso legítimo da natureza pode exceder os limites da explicitação e alcançar os conflitos extremos, como aconteceu no processo de criação do primeiro parque da Era Moderna. Bensusan (2006), citando Colchester, realça que:

“A criação do Parque Nacional de Yellowstone desalojou povos indígenas, como os crow, blackfeet e shoshone-bannock. Essa resposta simples, entretanto, revelou rapidamente sua face complexa: cinco anos depois da criação de Yellowstone, 1877, os shoshone entraram em conflito com as autoridades do parque, resultando em um saldo de 300 mortos. Nove anos depois, a administração do Parque Nacional de Yellowstone passou para as mãos do Exército americano” (COLCHESTER apud BENSUSAN, 2006, p. 113).

No Brasil, a política de criação de unidades de conservação vem ganhando destaque, devido à implementação de mecanismos específicos de gestão dos recursos ambientais. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – e, mais recentemente, o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP –, tiveram importante papel na sistematização das normas de criação e de manejo das áreas.

A criação das primeiras áreas protegidas no mundo e no Brasil, contudo, refletiram um estágio de controvérsias da sociedade urbano-industrial. As políticas ambientais adotadas, focadas em estilos de vida incompatíveis com a conservação dos recursos ambientais, foram justificadas a partir de conteúdos estéticos e religiosos.

Atualmente, a ciência justifica a criação das unidades de conservação – UC's – tendo como parâmetros critérios de representatividade de espécies, tanto em termos de quantidade – níveis de biodiversidade – quanto de qualidade – possibilidade de extinção. A beleza cênica ainda figura como elemento a ser considerado, porém, não é mais o centro gravitacional para a consecução de áreas protegidas, como outrora o fora. As bases científicas contemporâneas são invocadas para a resolução de disputas pelas apropriações sociais da natureza em diferentes níveis. Pressões internacionais, nacionais, regionais e locais, manifestadas pelos distintos interesses, são observadas na análise de processos de criação de UC's. Alguns exemplos são citados a seguir.

(...) O processo de criação da Reserva Extrativista – RESEX – Chico Mendes, no

estado do Acre, talvez seja o mais ilustrativo envolvendo a explicitação de conflitos como mecanismo de pressão política. As intensas disputas entre seringueiros, de um lado, e madeireiros e grileiros de terras, de outro, ganharam destaque nacional e internacional, tendo seu ápice na morte de Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, na cidade de Xapuri, no Acre (DIEGUES, 2004). Chico Mendes lutava pela criação de áreas de seringais especialmente protegidas, devido ao acirramento das lutas por terras e à intensificação da derrubada de árvores na região amazônica. Sua atuação foi decisiva para chamar a atenção para as demandas sociais e ambientais dos seringueiros, além de contribuir para a organização política dos mesmos. O movimento foi responsável por incluir o modelo de reserva extrativista no rol das unidades de conservação brasileiras. Em 22 de dezembro de 1988 o conflito manifestou-se em sua dimensão extrema e o seringueiro, sindicalista e ativista ambiental foi assassinado. Pouco mais de um ano após sua morte – já em 1990 – a RESEX pela qual ele tanto lutou foi criada.

No estado do Espírito Santo, destacamos o caso do ambientalista Paulo César Vinha, assassinado por denunciar extração ilegal de areia em área de restinga – Área de Preservação Permanente, na região metropolitana da Grande Vitória. Atualmente, a área defendida por Vinha é uma reserva estadual com seu nome.

Os conflitos, assim, variam, podendo chegar a casos extremos, como os ocorridos com Chico Mendes e Paulo César Vinha. Os atentados à integridade física dos embatentes, contudo, não necessariamente expõem a questão ao debate amplo. Antes de Chico Mendes ser assassinado, vários outros seringueiros foram mortos (DIEGUES, 2004). Isso nos remete à conclusão de que nem todo conflito terá força política para entrar nas agendas pública e política, sendo ele extremo ou não.

A exposição de dados contribui para a entrada dos conflitos nas discussões científicas e políticas (FERREIRA, 2004). Estes são abarcados de formas distintas e seus conteúdos podem variar, a partir de combinações e recombinações através de pólos que envolvem a contestação do status quo ou a sua manutenção. A explicitação do conflito, assim, aparece como estratégia de obtenção de objetivos e, quiçá, de sobrevivência de estilos de vida e manutenção cultural.

SANTOS, Leonardo Bis. Trilhas da Política Ambiental: Conflitos, Agendas e Criação de Unidades de Conservação. Ambiente e Sociedade. Campinas, v XII, n. 1. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf>, acesso em 24 de Set de 2018.

Texto 2 – Para leitura das equipes que vão representar a comunidade extrativista

Extrativistas

Os povos e comunidades extrativistas são encontrados em todo o Brasil. O extrativismo é uma característica comum a muitas comunidades diferentes, como os castanheiros, piaçaveiros e coletores de flores sempre-vivas, entre outros. Para muitos, a extração (ou coleta) define seu modo de vida, de produção e é a base de sustento financeiro de toda a comunidade.

(...) Em quase todas essas comunidades, a atividade de extração está ligada a uma economia mais ou menos diversificada, com a plantação de roças, criação de pequenos animais para venda ou subsistência, caça e pesca.

(...) São identificadas na literatura pertinente ao tema três formas de extrativismo: mercantil-capitalista, comunitária e pequena produção familiar. A primeira forma de extrativismo está ligada à exploração estritamente comercial e à lógica empresarial, enquanto as demais formas são exercidas por pequenos produtores camponeses e por povos e comunidades tradicionais. Há também três tipos principais de extrativismo realizados por comunidades tradicionais: animal, vegetal e marinho. Eles estão ligados à natureza do produto coletado e ao meio onde este se encontra.

A atividade extrativista, conforme previsto por alguns especialistas, acabou se extinguindo em diversas regiões por conta do esgotamento da fonte de extração, pela destruição dos ecossistemas ligados a ela e pela ameaça às culturas tradicionais que baseiam-se nesta atividade econômica. Em outras regiões, sofre ameaças reais à sua continuidade, mas ainda persiste em muitos ecossistemas brasileiros, como no caso da castanha, mangaba, iscas de peixe, piaçava, etc., sendo nesses casos uma das possibilidades de reprodução social das populações rurais, em que o extrativismo se faz presente em complemento à caça, agricultura e pesca dentro de arranjos variados e em sua maioria utilizando-se de técnicas de manejo de baixo impacto.

(...) Hoje os produtos extraídos de regiões distantes como Amazônia têm sido cada vez mais cobiçados e consumidos em mercados urbanos por pessoas que buscam rótulos verdes e produtos considerados sustentáveis, produzidos de forma ecologicamente consciente. O contexto atual de alguns povos extrativistas é um paradoxo que está ligado ao mesmo tempo, por um lado à crescente subordinação ao mercado e, por outro, à valorização das características locais. A dinâmica do mercado tende a cobrar uma produtividade que ignora a capacidade de produção sustentável e a dinâmica dos povos, além de expor as comunidades ao risco do conflito com exploradores esporádicos, pouco preocupados com formas de manejo que resguardecem as espécies extraídas e o ecossistema.

Levando em conta que os povos e comunidades extrativistas se encontram em

praticamente todos os biomas e regiões do país, suas lutas são ao mesmo tempo locais e globais. Essas lutas devem ser entendidas como desafios impostos pelas demandas do sistema capitalista que geram o avanço da exploração sistemática e consequente destruição dos recursos naturais e territórios tradicionais, como o agronegócio e pecuária, mineração, transposição de rios e bacias para a construção de hidrelétricas, pesca extensiva, corte ilegal de árvores para a indústria madeireira, despejo indiscriminado de poluentes no solo e na água, perda dos territórios para a especulação imobiliária, monoculturas de espécies arbóreas para atender às demandas da indústria de carvão vegetal, mobiliário, papel e celulose, projetos governamentais desenvolvimentistas que priorizam o avanço econômico e a exploração empresarial em detrimento da manutenção das culturas locais, dentre muitas outras questões que são impostas para essas culturas. Essa luta é ao mesmo tempo injusta e desequilibrada, pois os povos e comunidades tradicionais mantêm-se ainda hoje em sua maioria fragilizados e não possuem igual poder econômico e político para fazer frente aos conflitos cotidianos.

Mas nem por isso os povos deixam de lutar. Se observam no seio das comunidades desde iniciativas locais como a organização em associações, sindicatos rurais e cooperativas, até a criação de fóruns regionais, estaduais e nacionais, articulações políticas nas três esferas governamentais, conselhos e redes, além de manifestações e ações diretas contra os agentes causadores destes problemas. Um grande exemplo da importância e resultados deste tipo de articulação é a vitória histórica dos seringueiros, indígenas e outros povos extrativistas pela criação da figura das Reservas Extrativistas.

(...) Hoje, as principais reivindicações dos extrativistas dizem respeito à manutenção e proteção dos territórios tradicionais, tanto via Resex quanto por meio de reforma agrária, as políticas de incentivo à produção e comercialização sustentável com facilidade de crédito, acesso às tecnologias necessárias ao desenvolvimento da agroecologia e acesso às políticas públicas de melhoria da qualidade de vida para as populações rurais vulnerabilizadas, como: educação diferenciada, saúde, infraestrutura, programas de transferência de renda, entre outros.

Fonte: <http://portalypade.mma.gov.br/extrativistas-caracteristicas>

Pecuaristas, madeireiros e empresas pesqueiras

Responsáveis por boa parte dos índices positivos na economia brasileira, estes setores defende a expansão do agronegócio no Brasil, o que requer a expansão das áreas de cultivo. Assim, entendem que terras indígenas e unidades de conservação entravam o desenvolvimento do setor, por destinar grandes extensões de terra a setores sociais “improdutivos”. Veja a seguir trechos de um artigo produzido pelo Instituto Imazon sobre esse tema.

“Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino da Amazônia Legal cresceu 140% e passou de 26,6 milhões para 64 milhões de cabeças. Neste período, a taxa média de crescimento anual do rebanho na região (6,9%) foi dez vezes maior que no restante do País (0,67%). Estimamos que a renda bruta do abate de bovinos em 2003 na região foi de cerca de R\$ 3,5 bilhões – o que revela sua importância para a economia regional. Entretanto, o crescimento da pecuária preocupa pelos seus impactos ambientais e ecológicos, principalmente os associados ao desmatamento. (...).

Criação ou não de Unidades de Conservação: Os governos federal e estaduais pretendem criar Unidades de Conservação (UCs) para proteger a biodiversidade e apoiar o desenvolvimento sustentável. O estabelecimento dessas áreas poderia restringir o acesso a terras públicas para a criação de gado. O governo federal, por meio do projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), prevê a criação, até 2009, de 27 milhões de hectares de Unidades de Conservação de uso restrito[35] – ou seja, parques e reservas biológicas onde não pode ocorrer extração de recursos e desmatamento – e de 9 milhões de hectares de unidades de uso sustentável como Reservas Extrativistas. Além disso, o governo federal propôs um Projeto de Lei para gestão de florestas públicas que envolveria destinar florestas devolutas para fins de produção florestal. Esse projeto foi aprovado pelo Congresso em junho de 2005, foi destinado ao Senado em regime de urgência constitucional e deverá ser votado ainda neste ano. Essas iniciativas poderão ser reforçadas com planos estaduais paralelos ou complementares.

Embora os governos estejam criando ou planejando criar novas Unidades de Conservação, a lentidão ou insuficiência de aplicação dessas políticas poderia deixar enormes áreas públicas sujeitas à invasão e eventual conversão destas em pastagens. Por exemplo, protestos contra a demarcação da Terra Indígena Baú, no oeste do Pará, em 2004, levaram a um acordo que reduziu a Terra Indígena em 310 mil hectares (Carta Maior, 2004). Portanto, a disponibilidade de terras dependerá do eficiente planejamento e da rápida criação de Unidades de Conservação, seguida de investimentos para proteção duradoura dessas áreas.”

IMAZON. Pecuária na Amazônia: Tendências e Implicações para a Conservação Ambiental. Disponível em: <<http://imazon.org.br/pecuaria-na-amazonia-tendencias-e-implicacoes-para-a-conservacao-ambiental/>>. Acesso em 23 de Set de 2018.

Empresas de mineração

O solo brasileiro é rico em recursos minerais como ouro, ferro e cobre. Muitas mineradoras já exploram esses recursos, porém há depósitos dentro de áreas indígenas e unidades de conservação. Assim, muitas empresas de mineração entram em conflito com comunidades tradicionais pela terra e pressionam os governos por licenças de mineração. Veja abaixo trechos do relatório da ONG WWF-Brasil e de um artigo do site O Eco sobre esse tema.

“PANORAMA: O governo federal prepara um pacote de medidas para aumentar no curto prazo os investimentos em mineração no Brasil. Sem salvaguardas ambientais, o pacote aumenta a pressão sobre áreas protegidas ao liberar a atividade para as mineradoras estrangeiras nas faixas de fronteiras e também uma área na Amazônia brasileira onde a atividade estava suspensa desde 1984: a Reserva Nacional do Cobre, localizada nos estados do Pará e Amapá. O conjunto de medidas inclui ainda a licitação de áreas de pesquisa para prospectar novas jazidas de minério. O atual Código de Mineração Brasileiro data de 1967. Desde 2013, o Congresso Nacional debate mudanças no marco regulatório. A decisão mais recente da equipe do presidente Michel Temer é retirar a proposta da discussão no parlamento brasileiro e adotar parte das medidas por meio de decretos com efeito mais rápido e de maior alcance.”

“CONTEXTO: Atrair investimentos é a palavra de ordem no governo como resposta a uma das maiores recessões da história do Brasil. O pacote elaborado para a área de mineração alimenta a expectativa de aumentar em 50% a participação mineral no PIB brasileiro e reverter a paralisia em que o setor se encontra nos últimos anos. Essa paralisia, segundo diagnóstico oficial, decorre da insegurança jurídica criada pelo debate da mudança do marco regulatório, proposta ao Congresso em junho de 2013, e que seria sinônimo de maior intervenção estatal nos negócios. O pacote circula de forma reservada no governo e atende pelo nome de Programa para a Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, que lança mão de instrumentos como medida provisória, decretos e projetos de lei. O governo planeja liberar 2,5 milhões de km² para a participação do capital estrangeiro em mineração na faixa de fronteira com os países vizinhos, desde o estado do Amapá até o Rio Grande do Sul. Uma outra área de 46 mil km² tornada indisponível para a atividade mineral desde 1984 também deve ser liberada para a mineração. Ela corresponde à Reserva Nacional do Cobre, incluindo parcelas dos estados do Pará e do Amapá, onde prolifera o garimpo ilegal de ouro e há grandes depósitos de fosfato. Além disso, o pacote pretende licitar via leilão eletrônico milhares de áreas “em disponibilidade” para pesquisa, cujos requerimentos caducaram. Numa primeira leitura, é possível afirmar que o aumento da atividade mineral planejada pelo governo aumentará também a tensão sobre áreas protegidas no país.”

WWF-Brasil. Mineração e áreas protegidas: cenários e perspectivas. Disponível em: <https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mineracao_e_areas_protegidas_baixa_pdf.pdf>. Acesso em 24 de Set de 2018.

“Manaus, AM - O Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) confirmou a existência de mais de 200 pedidos de pesquisas para a exploração de minério nas áreas que parlamentares do Amazonas querem excluir de Unidades de Conservação no Sul do estado. A informação foi passada ao Ministério Público Federal, que investiga possíveis impactos sociais e ambientais da mineração em áreas de preservação no Amazonas.

De acordo com o DNPM, estes pedidos foram feitos antes das Unidades de Conservação serem incluídas no mapa oficial do departamento para análise e estudo de prioridade com base em coordenadas geográficas, o que só ocorreu em 2017. Neste sistema, segundo informações dadas pelo DNPM ao Ministério Público, estão informações sobre áreas requeridas, faixa de fronteira, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Em fevereiro, um cruzamento de dados realizado pelo WWF já demonstrava autorizações de pesquisa e pedidos de lavra que coincidiam justamente com as áreas que parlamentares queriam excluir das Unidades de Conservação criadas no ano passado no Amazonas. Para o WWF, a extração de ouro, diamante, nióbio e outros minerais poderiam estar relacionadas ao projeto de lei apresentado pelos parlamentares do Amazonas.

FONSECA, Vandrê. Mineradoras de olho nas Unidades de Conservação no sul do Amazonas. O Eco. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/mineradoras-de-olho-nas-unidades-de-conservacao-no-sul-do-amazonas/>>. Acesso em 24 de Set de 2018.